

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 16/07/2014 - Edição 1080

Vigilantes de Rondônia que prestavam serviço para a Seduc finalmente receberão as verbas rescisórias

Depois de nove longos meses de espera, os 1.800 vigilantes que prestavam serviço para a Secretaria de Educação de Rondônia receberão as verbas rescisórias a que têm direito. Isso porque o Sindicato dos Vigilantes de Rondônia ajuizou ação na 6ª Vara do Trabalho pedindo o bloqueio de créditos da empresa Rocha – principal detentora dos contratos – junto ao Estado.

Segundo o acordo, a empresa tem 10 meses para quitar as verbas trabalhistas. Os depósitos serão feitos diretamente em conta judicial vinculada à ação trabalhista ajuizada pelo sindicato. Segundo os termos do acordo celebrado, o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado no dia 22 de julho e da última no dia 22 de junho de 2015. Isto porque nos meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015 não será realizado nenhum depósito aos trabalhadores.

Na ação movida pelo Sindicato foram pedidos os seguintes pagamentos (todos referentes ao ano de 2013): salário de outubro – mês da rescisão -; vale alimentação de agosto, setembro e outubro; FGTS referente ao mês de setembro; multa de 40% sobre o FGTS; pensões alimentícias sobre os salários de outubro e rescisões. Além disso, entrou na ação também o pedido de pagamento de ressalvas de férias acrescidas de 1/3 constitucional referentes ao período aquisitivo de 2011/2012, no valor total de R\$ 4.436.210,74.

As partes também acordaram o pagamento de diferenças em relação às verbas acordadas anteriormente, no valor total de R\$ 59.552,26.

O acordo feito contemplará a totalidade das verbas que faltavam ser pagas aos vigilantes, que são: verbas

rescisórias no valor de R\$ 4.271.008,75; FGTS referente ao mês de outubro/2013 no valor de R\$ 131.793,74; Multa do artigo 477 da CLT de R\$ 1.356.041,11 e, os substituídos com benefício previdenciário no valor de R\$ 200.915,46, cujo total das verbas liquidadas corresponde a R\$ 5.959.759,06.

O valor devido aos vigilantes será pago em grupos/ lotes, condicionados aos valores depósitos judiciais efetuados pelo Estado, sendo organizados em ordem alfabética direta (de A até Z) e em ordem alfabética inversa (de Z até A), ficando assegurado o pagamento preferencial aos vigilantes sindicalizados na época da rescisão contratual, uma vez que sempre contribuíram para o crescimento da entidade Sindical.

Caso o governo deixe de efetuar os depósitos judiciais, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) deverá promover a retenção da quantia diretamente nas contas do Estado. Ficou ainda assegurado aos vigilantes que não concordarem com os termos do acordo ou com os valores pactuados terão o direito de recusar o recebimento das respectivas verbas nos termos do acordo, bem como o de pleitear em ação própria as verbas que considerar devidas.

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes, por meio do presidente da entidade, Paulo Tico, ressalta que “*este acordo na justiça para pagamento das demais verbas só foi possível graças à mobilização permanente dos vigilantes demitidos*”.

Fonte: CNTV com informações do SINTESV/RO

Vigilantes são vítimas de emboscada na Bahia

Durante a noite desta segunda-feira, 14 de julho, uma emboscada deixou dois trabalhadores feridos em Posto da Mata, distrito de Nova Viçosa (BA). As vítimas trabalham para a empresa Gocil Segurança e Serviços e estavam fazendo a vigilância de uma área de plantação de eucalipto da Suzano, que havia sido invadida recentemente.

Os vigilantes baleados foram identificados como Leidson Santos Rapina, 30 anos, baleado na mão e

nas costas e Elízio Mota Santos, de 32 anos, baleado na cabeça. Eles estavam fazendo uma ronda quando foram surpreendidos pela ação de bandidos.

Segundo informações, este terreno da Suzano havia sido invadido há pouco tempo, mas a empresa brigou na justiça e ganhou a reintegração de posse há pelo menos 30 dias. A empresa ainda não emitiu nota sobre o ocorrido. Os dois vigilantes foram socorridos pelo SAMU e levados ao Hospital Municipal de Teixeira de

Freitas, em estado grave.

A Polícia Militar e a CAEMA fizeram o registro e auxiliaram no socorro às vítimas, mas ainda estão à procura dos bandidos. Este não é o primeiro confronto entre vigilantes de empresas de celuloses e moradores dos povoados cercados pelas plantações de eucalipto. O caso será investigado pelo delegado titular de Nova Viçosa, Samuel Neto.

Fonte: Paraíba

Caixa Econômica Federal indenizará homem baleado na rua durante tentativa de roubo de malotes

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a responsabilidade solidária da Caixa Econômica Federal (CEF) e da empresa de segurança Protege S/A Proteção e Transporte de Valores pelos danos morais, estéticos e materiais sofridos por um transeunte que foi baleado em frente a uma agência bancária.

Durante uma operação cotidiana, em que eram retirados malotes de dinheiro pela porta da frente da agência em horário de grande circulação de pessoas, houve uma tentativa de assalto. Um tiro atingiu a perna do homem, que teve de ser amputada.

Na ação indenizatória contra a instituição financeira e a empresa de segurança, a vítima afirmou que os tiros foram disparados por

seguranças da Protege e que, por essa razão, a empresa seria responsável pelo ocorrido, juntamente com a CEF, conforme o artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal.

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente em relação à CEF e extinto sem julgamento de mérito em relação à empresa de segurança. Na apelação, a sentença foi parcialmente reformada para condenar a Protege a responder solidariamente com a CEF pelos danos causados à vítima. O banco e a Protege recorreram ao STJ.

CONTA E RISCO

“A instituição financeira, na consecução de operação própria de sua atividade – levada a efeito, por sua conta e risco, na via pública –, foi alvo de empreitada criminosa, com repercussão na esfera de direito

de terceiros”, disse o ministro Marco Buzzi, relator dos recursos.

Ele considerou que o crime contra a instituição financeira (ainda que ocorrido em via pública) foi cometido por ocasião e em razão da realização de atividade bancária típica, *“inserindo-se nos riscos esperados do empreendimento, mantida incólume a relação de causalidade”*.

Segundo Buzzi, o fato de a tentativa de roubo ter ocorrido na via pública não afasta, por si só, a responsabilidade do banco pelos danos sofridos pela vítima, justamente devido à operação de carga e descarga de dinheiro em malotes ter sido realizada naquele local.

“Os métodos de segurança empregados pela casa bancária deveriam ser mais eficientes, rigorosos e producentes, porquanto expõem,

em circunstâncias tais, um número substancialmente maior e impreciso de pessoas aos riscos próprios da atividade que desenvolve, o que robustece sua responsabilidade pelos danos”, afirmou Buzzi.

JURISPRUDÊNCIA

Segundo o ministro, a jurisprudência do STJ entende que, no interior das agências, onde há o desenvolvimento de atividades que envolvem muito dinheiro, o roubo ali praticado insere-se no risco do

empreendimento desenvolvido pela instituição financeira. “Não é exclusivamente o local, mas também a atividade desempenhada que caracterizam os potenciais riscos”, ressaltou.

Se a atividade bancária é desenvolvida fora da agência, como no caso julgado, Buzzi explicou que também há o risco de ocorrer alguma conduta ilícita, e o banco deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos sofridos por clientes ou terceiros.

Em relação à empresa de

segurança, Buzzi disse que as condutas criminosas devem ser consideradas previsíveis e inerentes à sua atividade empresarial, “que tem por objeto propiciar, nos termos contratados, proteção e segurança à atividade bancária e, por consequência, aos clientes e a terceiros”.

A Quarta Turma, em decisão unânime, manteve a condenação solidária da CEF e da Protege ao pagamento de indenização pelos danos.

Fonte: IC News

Brics Sindical reafirma integração por soberania e desenvolvimento sustentável

O III Fórum BRICS Sindical realizado nesta terça-feira (15/07) em Fortaleza reafirmou a integração do bloco - formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - como elemento chave para combater a crise internacional e fortalecer a soberania e o desenvolvimento sustentável em cada um destes países.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, os BRICS representam uma importante alternativa à lógica excludente ditada pelos países capitalistas centrais que, em crise, tentam se manter à base do aumento da exploração das economias periféricas.

Com aproximadamente 40% dos habitantes e 15% do PIB mundial, lembrou o líder cutista, o bloco precisa ser fortalecido com a participação dos trabalhadores, a fim de que haja crescimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.

“A sustentabilidade deve ser econômica, ambiental, social e ter a participação como fundamento, como aspecto basilar”, defendeu Antonio Lisboa, da executiva nacional da CUT e coordenador do painel Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Decente e Inclusão Social.

De acordo com Lisboa, o fato de países como o Brasil terem ampliado a participação social, seja por meio de conferências, diálogos tripartites ou consultas, possibilita uma melhor intervenção da



JOÃO ANTÔNIO FELÍCIO, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL (CSI)

classe trabalhadora, que se vê fortalecida na disputa de hegemonia com o grande capital.

CSI PRESENTE

“Vivemos um momento de agravamento da crise, em que nunca os ricos ganharam tanto e os trabalhadores perderam tanto. Nossa unidade é extremamente importante para enfrentar o capital e dar um basta na hegemonia de alguns poucos países, que querem nos manter tutelados, sem soberania”, afirmou o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Antonio Felício.

Para manter os ganhos das grandes corporações,

denunciou, os trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos também estão sendo vítimas da retirada de direitos, *“pois esta é a lógica do capital, que se desloca para onde pode impor sua hegemonia”*.

Sobre a abertura de espaços formais à representação sindical dentro do BRICS, João Felício defendeu ser esta uma questão de justiça, uma vez que os empresários já têm o seu Conselho reconhecido. *“É importante frisar que o governo brasileiro manifestou sua posição em favor dos trabalhadores, mas é necessário que seja reconhecido pelos cinco governos”*, acrescentou.

Presente ao evento, o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, condenou o fato de setores da elite e funcionários do próprio governo verem como *“natural”* a presença empresarial na Cúpula dos BRICS, enquanto é negada a representação aos trabalhadores.

“Esta é a velha e boa luta de classes, onde alguns introjetam a dominação dentro do próprio aparelho de Estado. O fato é que os empresários têm muito mais acessos e privilégios que os trabalhadores”, declarou. Gilberto Carvalho ironizou o fato de setores da mídia falarem que é chantagem os trabalhadores reivindicarem estar representados oficialmente nos BRICS: *“a maior chantagem é a praticada todo dia pelo sistema financeiro, pelas empresas que estão dentro dos ministérios pressionando pelos seus interesses”*.

UNIDADE E MOBILIZAÇÃO

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, ressaltou que *“diante da informalidade, da precariedade e da má distribuição de renda, consequência do neoliberalismo na atividade econômica nos países dos BRICS, torna-se mais do que necessária a unidade do bloco, para que não venha a converter-se em algo meramente aduaneiro ou mercantilista como se viu reduzido o Mercosul”*.

Na avaliação de Divanilton Pereira, secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), *“o BRICS expressa neste momento a resistência dos povos e a construção de uma nova perspectiva, diferente da ordem em curso”*. Além do sentido geopolítico, de uma nova configuração nas relações internacionais, alertou, este é o momento em que abrimos espaço para que os interesses da classe trabalhadora sejam respeitados.

Conforme Paulo Sabóia, da executiva nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, o fato de os BRICS serem países populosos, com grandes extensões territoriais, riquezas minerais, petróleo, indústrias e, principalmente, com grande força de trabalho, abre espaço para a consolidação de um novo patamar de disputa. Exemplo disso é o Banco dos BRICS, citou Sabóia, *“novo e promissor espaço de contraponto ao FMI e seu receituário de recessão, miséria e desemprego”*.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, sublinhou que a crise internacional expõe a fragilidade do atual modelo, bem como a necessidade da unidade e da mobilização para sua superação.

INTERNACIONAIS

A vice-presidente da central chinesa ACFTU, Shiping Zhang, esclareceu que o objetivo do evento é fortalecer ações pelo desenvolvimento sustentável e pela inclusão social: *“lutamos contra o capitalismo e o Banco Mundial”*.

“A definição de uma agenda comum é para que tenhamos voz”, disse o secretário geral da central sul-africana COSATU, Zwelinzima Vavi, acrescentando que isso significa batalhar *“contra as disparidades, o desemprego, a desigualdade e a degradação ambiental”*.

Para Dennis George, da central sul-africana FEDUSA, há uma expectativa muito grande em nosso país sobre os resultados desta reunião, *“pois é desta aliança mais ampla que pode vir uma resposta mais contundente aos descaminhos do neoliberalismo”*.

O presidente da central russa FNPR, Mikhail Shmakov, enfatizou que o sucesso do enfrentamento está intimamente ligado à atuação unitária do movimento sindical. *“Vamos compartilhar nossas visões e construir uma plataforma base em defesa do salário, do emprego e dos direitos”*, propôs.

Dirigente da central indiana CITU, Suresh Kumar ressaltou o papel da solidariedade da classe trabalhadora neste momento de confronto aberto com as transnacionais e o sistema financeiro. *“Mais do que nunca, precisamos demonstrar que a classe operária é internacional”*, concluiu.

Fonte: CUT